

Ao Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo:

## **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO: RELATÓRIO FINAL**

Este documento tem por objetivo relatar sucintamente o processo de desenvolvimento da proposta do Projeto Político Pedagógico – PPP - do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com vistas à sua aprovação pelo Colegiado do CAU e demais instâncias desta universidade.

### **I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior – IES – tiveram início com a publicação do edital nº 4/97, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – SESu/MEC - convocando as IES a apresentarem propostas para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, a serem sistematizadas pelas Comissões de Especialistas de Ensino de cada área. Este amplo processo, que envolveu debates em todo o território nacional, culminou com a formulação das diretrizes curriculares para os diversos cursos de graduação, as quais foram elaboradas pelas respectivas Comissões de Especialistas. A aprovação, com ou sem alterações, das diretrizes assim formuladas, implica na obrigatoriedade dos cursos de graduação a se adaptarem às mesmas dentro de um prazo estabelecido, uma vez que estas passam a ter força de lei.

O presente documento relata o processo de elaboração do PPP do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN, realizado para atender à Resolução nº 6, de 2 de fevereiro de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de

graduação em Arquitetura e Urbanismo, e estabelece o prazo de dois anos para que os cursos de graduação se adaptem às suas resoluções.

## **II. O DESENVOLVIMENTO DO PPP**

O PPP teve início em setembro de 2000, na elaboração da auto-avaliação do CAU, assessorada pelo PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras). No mesmo ano, foi criada a Comissão Permanente para Elaboração do PPP do Curso. Por uma série de dificuldades, o trabalho foi interrompido, sendo retomado somente em 2003, quando foi definida uma nova Comissão para Reestruturação Curricular. Esta nova comissão retomou as atividades desenvolvidas até então e, contando sempre com a assessoria da PROGRAD, praticamente concluiu o trabalho por volta de outubro de 2005, quando ele foi discutido e aprovado, por partes, em plenárias conjuntas do colegiado e do Departamento de Arquitetura, faltando, somente, alguns ajustes e sua redação final. Novamente, novas dificuldades, quase sempre relacionadas à sobrecarga de trabalho dos membros da comissão, concorreram para a interrupção dos trabalhos, que foram retomados somente no decorrer do semestre letivo 2006.2. Num esforço concentrado, a proposta que ora se apresenta chegou à sua forma final.

É preciso, contudo, fazer duas considerações importantes sobre o cuidadoso processo de elaboração deste PPP. Em primeiro lugar, ele se iniciou no ano 2000, ou seja, seis anos antes da aprovação da Resolução nº 6 do MEC que, apesar de formulada há algum tempo, só foi aprovada em 2 de fevereiro de 2006. Portanto, o Curso, cuja tradição é de avaliação permanente de sua estrutura curricular, antecipou-se às exigências legais referentes à sua reformulação político-pedagógica. Se o PPP tivesse sido finalizado antes da referida resolução, ele teria que sofrer provavelmente novas alterações para ter de se adaptar às exigências desta. A segunda consideração diz respeito ao fato de que, apesar das interrupções, a proposta que ora se apresenta foi objeto de ampla discussão, em diferentes momentos, por parte dos que fazem o Curso. Isto contribuiu para a superação das dificuldades que iam surgindo e contribuiu para o amadurecimento da proposta final.

Desta forma, a Comissão do Projeto Político-Pedagógico do Curso, abaixo assinada, dá por encerrados os seus trabalhos:

RUBENILSON BRAZÃO TEIXEIRA (Presidente)

AMADJA HENRIQUE BORGES

GLEICE VIRGINIA MEDEIROS DE AZAMBUJA ELALI

MONICA MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA

Natal, 10 de novembro de 2006.